# REVISITANDO A ASCENSÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA: O CASO DE PIRACICABA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

**ELIANA T. TERCI**

(Doutora em História pela Universidade de São Paulo, professora de História Econômica da Faculdade de Gestão e Negócios e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Metodista de Piracicaba)

**MARIA THEREZA M. PERES**
\
(Doutora em História pela Universidade de São Paulo, professora de Teoria Econômica da Faculdade de Gestão e Negócios e pesquisadora do Núcleo Unitrabalho da Universidade Metodista de Piracicaba)

No presente estudo sobre o processo de formação e consolidação dos grupos econômicos da agroindústria canavieira paulista, do final do século XIX até os anos 20 do século XX, ressaltamos a importância dos esquemas e da política de comercialização, assim como as especificidades pungentes em suas relações de trabalho.

A ausência de crédito bancário para a produção agroindustrial deixava as usinas com uma reduzidíssima capacidade para financiar seus estoques, não restando-lhes outra saída que não o recurso ao adiantamento de dinheiro das casas comissárias. O sucesso das vendas a partir dos anos finais do século XIX dependia da sua articulação para o mercado interno, tendo em vista o aquecimento da demanda interna do produto devido ao surto imigratório e à prosperidade da economia cafeeira.[1]

Na falta de infra-estrutura, a comercialização do açúcar requeria investimentos significativos para o transporte e armazenamento do produto, o que permitiu a formação do oligopsônio açucareiro, com grande concentração de capital no comércio interno e beneficiamento industrial pelas firmas que investiram no setor, mais precisamente as refinadoras, monopolizando-se o mercado, principalmente em São Paulo, ainda que a refinação do açúcar nada mais fosse do que

moagem do cristal por elevação e baixa rápida de temperatura, controlada o grosso da comercialização, formando uma verdadeira rede de distribuição. Embora não houvesse diferença entre o açúcar cristal amarelo e o refinado, os comerciantes – refinadores através do monopólio na distribuição, condicionavam a demanda dos consumidores das cidades maiores[2].

No que se refere aos incentivos, o decreto n.º 2687, de 06 de novembro de 1875, adquiriu importância fundamental, pois fora assinado pelo Ministro da Fazenda, o Barão de Cotegipe, desencadeando uma ação política a favor dos industriais do açúcar. Através deste decreto, o governo garantia juros de 7% ao ano, até o capital de 30 mil contos de réis, às companhias que se propusessem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana, assumindo o compromisso de empregar aparelhos e processos mais modernos e mais aperfeiçoados. De certa forma, tal incentivo estimulou neste período organização de engenhos centrais de origem exclusivamente nacional.[3]

Esses aspectos permite já constatar que estava dada, para os proprietários de terra do Estado de São Paulo, a oportunidade para expandir o cultivo da cana de açúcar organizando

tal cultura para abastecer as unidades industriais, agora instaladas nas suas propriedades. Com base nessa característica, a literatura explicita três conclusões fundamentais. A primeira atribui aos fazendeiros de cana e café a iniciativa da montagem dos seus engenhos centrais. A segunda refere-se à impossibilidade financeira desses fazendeiros de manter a estrutura produtiva imposta pelas novas instalações industriais, que demandavam também a importação de máquinas, não restando, em alguns casos, outra saída que não fosse a venda de toda sua propriedade - terra e indústria. A terceira observação diz respeito à forma pela qual os engenhos centrais paulistas definiram a sua estrutura produtiva, mudando radicalmente a independência entre a fábrica de açúcar e a lavoura de cana, conduzidos em parte não mais pelos fazendeiros locais, mas por uma única empresa francesa responsável por seis usinas de açúcar localizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro - que constitui, em 1907, a Sociéte de Sucreries Brésiliennes -, a saber: Engenho Central de Piracicaba, Villa–Raffard (Capivari), Porto Feliz, Lorena, Cupim e de Tocos.[4]

A despeito do incentivo à organização de engenhos centrais presente no decreto Imperial, a separação da propriedade agrícola e industrial nos anos finais do século XIX já se mostrava inadequada à realidade brasileira, marcada pelos "elevados índices de concentração da propriedade fundiária, conjugados com o excessivo poder político e a falta de preparo técnico de seus principais detentores".[5] Neste caso, a prosperidade dos engenhos centrais no Estado de São Paulo já pode ser constatada pela concentração da propriedade agrícola e industrial numa só unidade produtiva: a usina, ou seja, "estabelecimentos agroindustriais verticalmente integrados que hoje conhecemos, possuidores de vastas extensões de terras para a produção da maior parte de sua matéria-prima"[6]. Vale observar o número de usinas instaladas entre 1877 e 1920 no Estado de São Paulo, demonstrando o impacto dessa conjuntura na sua expansão canavieira-açucareira. Neste período, percebe-se a participação significativa da região de Piracicaba, com usinas instaladas nos municípios de Porto Feliz, Capivari, Santa Bárbara, Piracicaba.

USINAS CONSTITUÍDAS ENTRE 1877 e 1920 *

| Usinas/Nomes | Ano de Fundação |
|---|---|
| 1. Porto Feliz | 1877 |
| 2. Piracicaba | 1883 |
| 3. Lorena | 1884 |
| 4. Rafard | 1884 |
| 5. Capivari | 1886 |
| 6. Monte Alegre | 1890 |
| 7. Tamoio | 1890 |
| 8. Cachoeira | 1898 |
| 9. Indaiá | 1898 |
| 10. Dumont | 1899 |
| 11. Barra | 1901 |
| 12. Pimentel | 1903 |
| 13. Amália | 1903 |
| 14. Esther | 1905 |
| 15. Schmidt | 1906 |
| 16. S. Bárbara | 1913 |
| 17. Albertina | 1916 |
| 18. Miranda | 1920 |

(*) Fonte: RAMOS, 1999: 87.

Em trabalho dedicado ao estudo do ciclo açucareiro paulista, Petrone (1968) analisa a origem dos capitais na agroindústria canavieira paulista a partir de sua estrutura agrária. À medida que inicialmente a terra era obtida por posse ou sesmarias, a autora destaca que a produção poderia ser autofinanciada, pois que não era necessário empregar capital com a aquisição de terra. Por outro lado, tampouco foi grande o investimento inicial na instalação de engenhos, pois eram engenhocas de pouco custo, sem as graves despesas dos engenhos antigos. Terra adquirida sem o empate de capital e instalações modestíssimas permitiam ao agricultor paulista transformar-se em Senhor de Engenho.[7] Some-se a isso o número reduzido de escravos requerido para esta fase inicial. Com a transição do trabalho escravo, entretanto, a situação se modifica: a modernização tecnológica se coloca na ordem do dia e coincide com a pressão crescente pela melhoria da competitividade externa do produto, pressão esta acalentada pelo decreto imperial que concedia juros de 7% ao ano para a fundação dos engenhos centrais para o fabrico de açúcar de cana mediante o emprego de aparelhos e processos os mais aperfeiçoados.[8]

A expansão canaviera-açucareira, porém, mesmo com a estrutura produtiva concentrada verticalmente - reunindo tanto a atividade agrícola como a industrial, numa única unidade produtiva, diminuindo significativamente os problemas relativos ao abastecimento de matéria-prima para produção industrial -, não conseguiu alterar os níveis de produtividade agrícola em conformidade com o processamento industrial da cana-de-açúcar. Se, por um lado, a escravidão, com seus métodos de exploração e coerção, conseguira de certa forma responder a tal descompasso tecnológico, a introdução do trabalho livre trouxe consigo não só outra relação entre proprietários e trabalhadores como mecanismos específicos de controle e disciplina do trabalho. Desse ponto de vista, os estudos são unânimes em diferenciar as relações de trabalho presentes nos canaviais paulistas de outras regiões produtoras, particularmente do Nordeste e de Campos, no norte fluminense. Nas palavras de Gileno de Carli, os proprietários das usinas e/ou engenhos de São Paulo demonstraram "o bom senso de continuar com um regime de trabalho superior ao existente em qualquer zona açucareira do país".[9]

Argumentando que a implantação do regime de colonato nessas lavouras canavieiras não representava exatamente bom senso do usineiro paulista, Ramos chama atenção para a necessidade de manutenção do status quo dos proprietários, garantida por tal regime, eliminando-se o risco de perda da propriedade.[10] Com a introdução do trabalho livre pelos fazendeiros paulistas, levando-os a optar pelo colonato, o que estava em jogo, portanto, era a possibilidade de resolver o problema permanente da produtividade e da disciplina do trabalho através de uma oferta abundante de mão-de-obra que mantivesse os trabalhadores intimidados e submetidos à exploração. A imigração em massa, subsidiada pelo Estado, ofereceu condições mais seguras para que os fazendeiros experimentassem e consolidassem novas relações de trabalho no campo.[11]

Comprovadas as vantagens do colonato para a expansão da lavoura canavieira paulista, cumpre observar que, além da remuneração oferecida aos trabalhadores-colonos através do assalariamento, esta população também usufruía de áreas de terras arrendadas. Aparentemente, isso permitiu considerar o colonato "um regime de trabalho superior" àqueles então predominante no Nordeste brasileiro, no qual o trabalhador não detinha os instrumentos de trabalho, reproduzindo condições de trabalho e de vida muito similares à condição de escravo. O que antes se conseguia através de rigorosos métodos coercitivos de disciplina do trabalho, com o colonato a redução dos custos do trabalho foi acompanhada de ações

arbitrárias de muitos fazendeiros e/ou usineiros, que usavam de instrumentos fraudulentos para a pesagem da cana-de-açúcar, deixando muitas vezes de pagar integralmente o colono, que, endividado, ainda se via penalizado por multas duvidosas. Além disso, o cultivo dos gêneros alimentícios pelos colonos oferecia ao usineiro uma flexibilidade para resistir às flutuações no rendimento dos canaviais e no preço do açúcar.

Uma característica relevante desse processo de formação e consolidação da produção canavieira-açucareira diz respeito ao seu caráter regional: a região de Piracicaba passou a desempenhar um papel bastante importante nesse cenário. Foram unidades que se expandiram usufruindo das condições socioeconômicas e políticas já evidenciadas, mas também aproveitando os recursos e/ou potencialidades dessa cidade em particular. Nesta conjuntura regional cabe um destaque maior para o Engenho Central de Piracicaba e para a Usina Monte Alegre, conforme pode-se observar no quadro abaixo:

Produção de açúcar (arroba) e aguardente (cargueiro) no município de Piracicaba, segundo quantidade produzida (arroba), para os anos de 1890, 1895, 1900 e 1905 *

| AÇÚCAR | | | | | | AGUARDENTE | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano | Total | Engenho Central | E.C. Monte Alegre | | Outros | Engenho Central e E. C. Monte Alegre | | Outros |
| 1890 | 115.300 | 70.000 | 25.000 | | 11.300 | 1.400 | | 2.400 |
| 1895 | 96.700 | 80.000 | 10.000 | | 6.700 | 1.418 | 8 | 14.150 |
| 1900 | 327.556 | 210.500 | 100.000 | 1 | 17.056 | 1.570 | 8 | 7.081 |
| 1905 | 270.012 | 202.528 | 58.900 | 4 | 8.584 | 855 | 5 | 6.404 |

(*) Fonte: Rol dos tributados sobre sacas de café, açúcar e aguardente, publicados na Gazeta de Piracicaba, 1890 a 1906

## ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO DO GRANDE CAPITAL USINEIRO DE PIRACICABA

A expansão da produção canavieira/açucareira e seu financiamento são viabilizados em Piracicaba a partir de três expedientes fundamentalmente: (i) o apoio do capital estrangeiro (francês); (ii) a associação ao capital comercial; e (iii) a constituição da fortuna a partir do trabalho familiar. A conjunção dessas características explicam a origem e a consolidação do grande capital usineiro de Piracicaba. Vejamos cada uma delas mais detidamente.

O capital francês esteve presente em Piracicaba desde a instalação dos primeiros engenhos centrais. Originalmente, essa presença se deu através da venda e instalação das máquinas necessárias ao funcionamento das fábricas de açúcar. Este foi o caso da Companhia do Engenho Central de Piracicaba, fundado pelo Barão de Rezende em 1881. Em 07/03/1881, a Cia. do Engenho Central estabeleceu um contrato para fornecimento das máquinas e aparelhos necessários ao seu funcionamento com a firma francesa Brissavow Fréres e Companhia, de Nantes. O financiamento desse investimento foi efetivado via empréstimo, junto ao Ministério da Agricultura, com garantia de 7% ao ano, conforme a legislação sobre os Engenhos Centrais. O decreto do governo imperial (n.º 8.089 de 07/05/1881) que autorizava a instalação da Companhia do Engenho Central de Piracicaba garantia o empréstimo (capital e juros) por 20 anos, para uma capacidade diária de 240 toneladas e produção mínima de 16.000 sacos de 60 kg.[12]

O problema residia justamente na dificuldade de garantia dessa produção mínima, principalmente se se considerar que a viabilidade dos engenhos centrais residia na garantia de um suprimento suficiente de cana fornecida por agricultores proprietários. Caso contrário, organizava-se uma estrutura fabril de proporções gigantescas, com um capital permanente fantástico, ficando tudo com uma capacidade ociosa insuportável.

O Engenho Central de Piracicaba não foi exceção. Em 1889, o Barão de Rezende já anunciava a venda da Cia., tendo constatado a impossibilidade de saldar os compromissos da empresa - pagamento dos juros da dívida contraída junto ao governo - com os frutos da safra daquele ano.[13]

Curioso é que o próprio Barão de Rezende organiza a nova sociedade que adquire o Engenho Central, mudando a razão social para Cia. Niagara Paulista, agregando-lhe 500 alqueires de terras em 1891 e adquirindo mais 310 alqueires posteriormente. Tal inflexão assegurava um fornecimento mínimo de matéria prima, dando um fôlego à sociedade, não por muito tempo, no entanto, pois em 1899 é adquirida por um grupo francês, passando a Societé de Sucrerie de Piracicaba e, em 1907, a Societé Anonyme de Sucrerie Bresiliennes, grupo este proprietário de outros vários engenhos centrais em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A própria Societé de Sucrerie Bresiliennes, proprietária do engenho Central de Piracicaba, mantinha um contrato com um a empresa comercial para a venda de seus estoques – a Sociéte financiere et Commerciale Franco-Bresilienne. Pelo contrato, ficava estabelecido que esta última se encarregaria pela distribuição do açúcar no interior do estado de São Paulo, podendo a Sucrérié comercializar seu produto diretamente, com a condição de que o preço de venda não fosse inferior ao praticado pela contratada em São Paulo.[14]

Referindo-se aos grupos franceses que investiram capital na instalação das agroindústrias no Brasil, Perruci (1978) afirma que a Societé des Sucréries Bresiliennes foi a mais bem sucedida. A princípio, a idéia do grupo era constituir várias sociedades anônimas com a finalidade de explorar diversas usinas de açúcar. Em 1907, no entanto, as várias sociedades se fundem para constituir um grupo único, a Societé de Sucrerie Bresiliennes, com um capital de 7 milhões de francos, cerca de 22 mil hectares de terras, 80 km de vias férreas e uma produção anual entre 13 e 15 mil toneladas de açúcar.[15]

Vale enfatizar que o empreendimento em vias férreas garantia ao Engenho Central um vigoroso esquema de transporte de matéria prima diretamente de suas fazendas para o interior

da fábrica, podendo ser estendido, inclusive, às terras dos seus fornecedores de cana. Assim fortalecido em termos do porte financeiro, adquirindo capacidade para os investimentos necessários ao crescimento e modernização dos empreendimentos, a sociedade proprietária do Engenho Central Piracicaba consegue consagrar-se, segundo Perruci (1978) como o maior produtor de açúcar do sudeste brasileiro, mantendo-se ativo até meados da década de 70 do último século.

Não é por outro motivo, então, que a Usina Monte Alegre, que ocupava o segundo lugar na produção de açúcar da região, esteve sempre articulada ao capital comercial. Desde o início do século XIX, a fazenda Monte Alegre se especializara no cultivo da cana e produção de açúcar e aguardente. Em 1887, o então proprietário, Dr. Pedro Augusto da Costa Silveira, adquire as máquinas necessárias e constitui o Engenho Central de Monte Alegre, porém, com sua morte em 1888, sua esposa é obrigada a levantar empréstimos mediante penhor da safra para saldar os compromissos da empresa, abrindo mão, na verdade, da comercialização do produto.[16] No ano seguinte, a proprietária vende a fazenda, juntamente com as benfeitorias a Rodrigues do Amaral e Indalecio de Camargo Penteado, que irão formar uma sociedade de exploração agrícola, ampliando inclusive as finalidades da sociedade para cultura e venda de produtos agrícolas, abandonando o exclusivismo açucareiro. Curioso notar que não se fala mais em Engenho Central Monte Alegre. O contrato de constituição da sociedade sob a firma social Amaral e Penteado implementa outra inovação reveladora: a divisão de responsabilidades entre ambos, ficando o sócio Amaral com a administração da empresa, incluindo todas as ações relativas ao seu funcionamento como admissão e demissão de pessoal, compra e venda de animais etc. e o sócio Penteado, com a comercialização, mesmo porque era ele originalmente comerciante. Em suma, o sócio Penteado não assume responsabilidade na empresa, sua função e interesse estão na obtenção do produto para comercialização, conforme se pode verificar pelas clausulas 5ª e 8ª do contrato, o que confirma aquela afirmação de que, a esse tempo ainda, nos negócios do açúcar, o capital mercantil prevalecia sobre o capital produtivo:

5ª as vendas do açúcar fabricado na fazenda 'Monte Alegre' e dos produtos da lavoura da mesma serão feitas por um ou outro sócio e o sócio Penteado perceberá pelas vendas que fizer (...) a comissão de cinco por cento, livres das despesas que houver feito com as mesmas(...) 8ª o sócio Penteado poderá, pelo preço pelo qual tiver vendido o açúcar fabricado na fazenda 'Monte Alegre' comprar para seu negócio particular o açúcar produzido pela mesma, mediante consentimento do sócio Amaral, com o abatimento de cinco por cento, para indenizá-lo das despesas que houver de fazer para realizar sua venda...[17]

Essa sociedade, que fora fundada para funcionar até o ano de 1898, vigora apenas até 1893, quando é vendida a fazenda e seus pertences à Sociedade Almeida Rocha e Bueno, que se mantém até 1898, quando é vendida a Antonio Alves Carvalho, que constitui o Engenho Central Monte Alegre, tomando uma série de medidas no sentido de modernizá-la, não somente na aquisição de equipamentos mais eficientes, mas, principalmente, implementando um projeto administrativo de cunho paternalista que buscava garantir um clima de harmonia social em Monte Alegre Este projeto teve inicialmente como principal aporte a Sociedade Cooperativa Beneficente Operária Monte Alegre. A SCBO, conforme se referia a imprensa da época, contou com o apoio irrestrito do proprietário da Usina e, já em 1905, constava de um armazém de secos e molhados, uma escola, uma farmácia, mantinha ainda um médico e uma corporação musical, "que às vezes, pelas tardes de domingo, casa as suas sinfonias ao murmúrio das águas do Piracicaba".[18].

Como seu principal acionista, Antonio Alves Carvalho, em 31 de janeiro de 1900 divide a propriedade entre os seguintes acionistas *:

| Acionistas | Ações | Importâncias (contos de réis) |
|---|---|---|
| Antonio Alves de Carvalho (pelo Banco Comercial Paulista) | 500 | 100.000.000 |
| Pedro de Almeida | 200 | 40.000.000 |
| João da Cunha Caldeira | 100 | 20.000.000 |
| Antonio Alves de Carvalho | 500 | 100.000.000 |
| Dr. Clemente Ferreira | 50 | 10.000.000 |
| Jonas Pompéia | 10 | 2.000.000 |
| Christiano C. R. Luy | 50 | 10.000.000 |
| ---------- | 50 | 10. 000.000 |
| Francisco de Freitas | 50 | 8.000.000 |
| TOTAL | 1510 | 300.000.000 |

(*) Fonte: Dados coletados da pasta de documentos referentes à Usina Monte Alegre (Arquivo da Usina Monte Alegre)

Presidente da Companhia Engenho Central de Monte Alegre, Antonio Alves Carvalho foi o responsável por algumas alterações no Estatuto da Companhia, aprovados em Assembléia Geral em 14 de março de 1901. Conforme Estatuto anterior, a Sociedade Anonyma Engenho Central de Monte Alegre tinha sua sede localizada na cidade de São Paulo, com presidente e diretores remunerados anualmente. Com as alterações no Estatuto, a sede da companhia foi fixada em Piracicaba, com o presidente e diretores remunerados mensalmente. Tornou-se necessária, portanto, a presença constante destes em Piracicaba. Em 30 de janeiro de 1905, o capital social passou a ser de setecentos e cinqüenta contos de réis (750.000$000), dividido em 3.250 ações.[19]

Segundo Gnaccarini (1972), Antonio Alves Carvalho também conseguira organizar a venda de seu produto diretamente no interior do Estado de São Paulo. Mas o sucesso dessa unidade produtiva ainda permanece sendo associada ao capital comercial, como pode ser constatado quando foi adquirida pela Cia União dos Refinadores, pelo Comendador José Puglisi Carbone em sociedade com o Comendador Pedro Morganti, em 1912, constatação comprovada pela carta-compromisso de compra do referido engenho, conforme anexo. Ocupando o posto de uma das maiores refinarias de açúcar do país, a Companhia União dos Refinadores foi organizada em São Paulo em 1910, pelos irmãos Puglisi Carbone.[20] O então Engenho Central de Monte Alegre passa a ser de propriedade de três imigrantes italianos, elevando consideravelmente a fortuna pessoal de cada um e expandindo significamente as áreas plantadas com cana-de-açúcar. Na avaliação da respectiva propriedade agrícola, esta dispunha de:

... 849 alqueires de terra quase na sua totalidade para cultura de cana, 55 casas de tijolos para colonos, parte nova e parte concentrada, toda ladrilhada de tijolos e rebocadas, 50 casas de madeira, parede de barro, cobertas de telha e parte da sapé... Ainda uma casa de morada com 16 cômodos amplos, toda assoalhada e pintada a óleo, cozinha, despensa formos

e mais dependências, 1 casa grande para administradores, 1 chalet para escola e uma série de outras benfeitorias, animais e materiais.[21]

Com a sociedade entre Morganti e Puglisi, a propriedade agrícola se expandiu, novas fazendas foram adquiridas constituindo uma área de 1.457 alqueires de terra. Cabe destacar que a União dos Refinadores, os comerciantes-usineiros da Refinadora Paulista, da Açucareira Ester (Nogueira), da Sucréries Brésiliennes, dominavam o mercado de capital e, portanto, o centro de operações do açúcar no Estado de São Paulo.

Assim, a articulação dos produtores de açúcar com os grupos comerciais será fundamental para a viabilização dos empreendimentos. É possível inferir, entretanto, que tal articulação atendia favoravelmente aos interesses dos produtores e comerciantes, pois, se de um lado, fortalecia o monopólio da distribuição do açúcar, de outro, garantia mercado certo aos produtores, vencendo a concorrência.

## A UNIDADE FAMILIAR NA FORMAÇÃO DOS GRUPOS ECONÔMICOS

Além da produção de açúcar, praticada por grandes empreendimentos, havia em Piracicaba um sem número de pequenos engenhos que se dedicavam à produção de aguardente. Neste caso, os próprios produtores comercializavam o produto, vendendo-o nos próprios engenhos às casas comerciais da cidade, ou entregando-a pessoalmente em pontos de venda mais afastados. O relato de Margarida C. Gordinho (1986) sobre o esquema de comercialização da aguardente dos Ometto é bastante esclarecedor deste aspecto: na falta de negociantes, o membro da família, encarregado da venda do produto, ia de trem a São Paulo, no Bom Retiro, negociar com o Montanarini; à Freguesia do Ó; com Miguel Anastácio, perto da Estação da Luz, freguês costumeiro. Ao que tudo indica, portanto, no caso da produção de aguardente, embora a empresa tivesse o mesmo caráter mercantil como veremos à frente, não havia a figura do negociante par a comercialização do produto.

Essa forma de articulação e organização do trabalho nas unidades familiares era muito comum e constituiu uma terceira fonte de constituição do capital usineiro. Muitas famílias de imigrantes, através do esforço de todos e amargando as maiores privações possíveis no intuito de poupar cada centavo que conseguisse amealhar com seu trabalho, conseguiram realizar o sonho da pequena propriedade. Algumas delas, segundo Gordinho (1986), estão na origem dos principais grupos usineiros do país, como é o caso dos Zanin, Brunelli, Franceschi e dos Ometto, e têm seu início na modesta produção de aguardente, nas velhas engenhocas sucateadas pela modernização da produção açucareira, compadres ou parentes entre si que tiveram sua primeira propriedade no Bairro de Água Santa (Piracicaba).

A família Ometto inicia sua jornada como colonos da fazenda São José em Piracicaba. Produzindo toda subsistência familiar - desde a produção e beneficiamento de produtos para comercialização ou consumo, até a confecção dos utensílios domésticos, roupas e instrumentos de trabalho e poupando toda espécie monetária obtida -, puderam, num prazo de 5 anos, adquirir sua primeira propriedade, um lote de 6 alqueires, e iniciaram-se no negócio da produção de gêneros de subsistência.

O que preside a organização da produção nessas unidades familiares é o caráter mercantil, pois todo sentido é dado pela possibilidade de penetração dos produtos no mercado, da produção de um excedente comercializável. Foi assim que, quatro anos mais tarde, conseguiram adquirir mais um pedaço de terra e iniciaram-se nos negócios de aguardente. Seu primeiro engenho foi montado em 1914.

Esse foi apenas o começo da trajetória da família Ometto, que culminaria com a consolidação do maior grupo usineiro do país. Antes disso, no entanto, a expansão dos negócios passou pela aquisição de outras fazendas, também voltadas à produção de açúcar e aguardente. A cada nova propriedade e negócio que se abriam, um dos irmãos se encarregava da administração, embora as propriedades pertencessem à toda família. Em 1930, entretanto, com as novas diretrizes governamentais para a produção açucareira, principalmente as medidas de controle da produção - estabelecimento de quotas - e manutenção de preço mínimo, Pedro Ometto, o líder da família, percebeu que a ousadia era imprescindível se quisessem crescer nos negócios: para conseguir uma quota de cana e se tornarem usineiros, era necessário voltar a trabalhar como grupo. Puderam contar, ainda, com o apoio das Oficinas Dedini para a compra e reparo das máquinas da primeira usina do grupo: tratava-se de uma usina inteira de adquirida em Macaé, no estado Rio de Janeiro, de um usineiro arruinado pela crise de 1929.

A despeito de constituir um traço distintivo, a unidade familiar, porém, não chegou a configurar-se como um princípio de expansão econômica. Outros ingredientes econômicos passaram a determinar os negócios, principalmente depois de 1929, quando a crise colocou em cheque as formas mercantis de organização das atividades. Àquela altura, já eram empresários, atentos às oportunidades criadas pela conjuntura econômica e abertos a constituição de outras sociedades[22], muito embora tais sociedades, coincidentemente ou não, tenham sido invariavelmente seladas com um bom casamento!

A menção à formação dessas sociedades e principalmente à existência das oficinas de reparo de equipamentos nos remete a um último aspecto relativo ao setor, qual seja, a formação de um complexo agroindustrial canavieiro composto pelas usinas de açúcar e álcool, fornecedores de cana e indústria metal-mecânica.

## A FORMAÇÃO DO NÚCLEO METAL-MECÂNICO

Essa explanação sobre o processo de produção açucareira justifica-se para demonstrar em que medida influencia o processo de desenvolvimento urbano, tanto no que se refere à demanda de mão-de-obra disciplinada e especializada com o advento dos engenhos centrais e usinas, quanto pelo desenvolvimento de atividades de caráter urbano-industrial pesado para o reparo dos equipamentos. Em outras palavras, o advento dos engenhos centrais demanda das cidades a construção de uma estrutura que dê suporte ao seu funcionamento, tanto para a reprodução da força de trabalho, quanto para as demandas do próprio capital.[23] Na verdade, guardadas as devidas proporções, pode-se dizer que a produção canavieira na região de Piracicaba teve a capacidade de impulsionar a formação de um complexo agroindustrial nos moldes do que Wilson Cano sustenta ter sido possibilitado pelo café do Oeste Paulista.[24]

No que se refere ao primeiro aspecto, para se ter uma idéia, já em 1895 o Engenho Central de Vila Rafard empregava na fabricação do açúcar "...cerca de 60 trabalhadores que moram todos em vinte e tantas casas circunvizinhas da estação..." [25] Além disso, é comum encontrar nos jornais do período anúncios do tipo: "…precisa-se de três trabalhadores com prática de fabrico de açúcar" [26] ou "um mecânico com habilidade e prática para assentar uma pequena moenda de cana com máquina a vapor" [27] ou ainda "…o Engenho Central de Piracicaba precisa de um bom ferreiro. É inútil apresentar-se se não for hábil." [28]

Pode-se perceber que, em termos da demanda interna dos engenhos centrais ou mesmo dos engenhos pequenos produtores de aguardente que terão presença significativa no município até meados da década de 30, a necessidade de mão-de-obra qualificada era significativa. Ressalte-se que, em 1909, segundo dados da Gazeta de Piracicaba, empregava-se somente na fabricação do açúcar 320 operários distribuídos em dois turnos, diurno e noturno, além da destilaria de álcool e da oficina mecânica, montada no estabelecimento para fabricação dos utensílios necessários à empresa.[29]

Nem todos os engenhos possuíam as oficinas de reparos de equipamentos. Nesse sentido, já a partir do final do século passado vão se constituindo na cidade inúmeras oficinas dessa natureza, constituindo o embrião do que mais tarde seria um importante núcleo metal-mecânico paulista. As pioneiras desse processo são as Oficinas Krähenbuhl - fabricante de tílburis e troles, fundada por Pedro Krähenbuhl em 1870 -, tida até então como a primeira grande indústria metalúrgica de São Paulo, "com 40 operários, número elevado para a época, esse estabelecimento se constituiu em um dos pioneiros na introdução de carroças e carros à tração animal, chegando a exportar carros para todo o Estado de São Paulo." [30]

Além desta, registram-se a fábrica de arados e troles de João Martins, fundada em 1900; a Funilaria e Caldeiraria Vesúvio, fundada em 1907 por Victorio Furlani; e as Oficinas e Fundição Teixeira Mendes & Cia.

O acontecimento de maior significação para a consolidação desse embrião manufatureiro metal-mecânico, porém, passa a ser a fundação da Oficina Dedini, em 1920.[31] Fundada inicialmente com o objetivo de fabricar e consertar veículos e utensílios agrícolas, "...inscrevia-se na tradição que viera se formando desde o final do século XIX, conforme vimos. Aceitar encomendas para reparar e fabricar as peças mais simples para os inúmeros engenhos de açúcar e destilarias de aguardente existentes na região, constituía-se numa ocorrência natural para oficinas desse tipo. A Oficina Dedini não fugiu à regra."[32]

Esse expediente assegurou a ampliação do empreendimento com a instalação de uma seção de mecânica e uma pequena fundição de ferro. Negri (1977) destaca a importância dessa iniciativa e a pertinência em termos das demandas existentes para a Dedini, as quais servem perfeitamente às outras oficinas do tipo. Nas palavras do autor:

...esse melhor aparelhamento possibilitou, além de reparos a peças quebradas ou desgastadas, produzir certos equipamentos mais simples, provenientes do exterior o que, de imediato, era de todo interesse dos proprietários de engenhos, que não mais precisariam importá-los a preços mais elevados... [33]

A grande diferença da Dedini em relação às demais oficinas similares foi a dedicação desta ao fabrico de moendas. Através do desmonte das peças, foi possível copiar e modificar

os modelos iniciando-se no ramo. Tal empreendimento exigiu a ampliação da Oficina, fazendo-a saltar para a condição de pequena indústria. E mais do que isso, permitiu-lhe voltar-se a um outro tipo de clientela, compreendida basicamente pelas usinas da região. Há que se destacar, no entanto, que uma das razões do sucesso da Dedini foi o seu estreito relacionamento com os usineiros. Conforme Negri (1977), Mário Dedini, proprietário da oficina, induzia os usineiros a modernizarem suas empresas, requerendo, em troca dos equipamentos mais modernos que se dispunha a fornecer, os equipamentos usados e menores, o que reduzia os custos do investimento. Mais importante do que isso, contudo, era a disposição de Mário Dedini em associar-se aos empresários açucareiros para viabilizar a modernização ou mesmo fundar outro engenho:

assim, quando algum grupo de pessoas estava a realizar inversões no setor produtor de açúcar, mas não possuía capital suficiente para levar adiante o empreendimento, o Sr. Mário Dedini freqüentemente aproveitava a oportunidade para vender seus equipamentos e participar como sócio entrando na sociedade apenas com os equipamentos produzidos por sua firma. A vantagem de agir assim, além da ampliação imediata do mercado, residia no fato de garantir no futuro uma demanda cativa para sua produção, quer seja pelas peças de reposição necessárias anualmente, como porque as unidades produtoras em geral são projetadas para que se possam realizar ampliações posteriores de capacidade produtiva, o que evidentemente asseguraria um mercado para os produtos Dedini, quando se efetuassem tais expansões. [34]

Dessa forma, a Dedini foi se consolidando no ramo acompanhando e até impulsionando o processo de modernização das usinas de açúcar, permitindo-lhe tornar-se o grande complexo industrial e único produtor da maior parte dos equipamentos das usinas. Isso também contribui para explicar, em parte, porque as outras oficinas do gênero existentes em Piracicaba não tiveram a mesma sorte. De fato, com o processo de concentração de capital a partir dos anos 30, o sucesso dos empreendimentos industriais dependiam de uma certa sagacidade para aproveitar as oportunidades que a conjuntura oferecia. Além do mais, encerrava-se a fase de gestação da indústria e a consolidação das empresas exigia agora um porte maior e mais moderno - espaço que a Dedini soube ocupar e assegurar durante um largo período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos neste artigo a ascensão da agroindústria de Piracicaba no início do século XX, em cujo processo destacam-se duas unidades produtivas - o Engenho Central e a Usina Monte Alegre -, que, além do porte empresarial que fez de Piracicaba a principal região açucareira do Estado no período, tiveram influência decisiva na definição das relações sociais.

O regime de trabalho definido nesse processo, coincidindo com a própria formação do mercado de trabalho livre, configurou um tipo de organização empresarial que combinou tempo livre e tempo de trabalho num mesmo espaço: a cidade usina, uma estrutura complexa que abrigava canaviais, fábrica de açúcar, moradia, equipamentos de educação, saúde, lazer etc. Assim, essas duas usinas - o Engenho Central e a Usina Monte Alegre - tornaram-se referências na história de vida das famílias que por elas passaram. Muitas pessoas ali nasceram, estudaram, trabalharam, constituíram família e, mesmo quando a modernização tecnológica permitiu às usinas a separação entre as esferas doméstica e do trabalho, o espaço

construído e aprimorado durante décadas tornara-se irreversível e muitas famílias conservaram-se nas habitações. Ambas, entretanto, não sobreviveram aos longos processos de transformações tecnológica e política que o setor sucroalcooleiro experimentou, sendo desativadas nas décadas de 70 (Engenho Central) e 80 (Usina Monte Alegre) do último século.

O Engenho Central foi engolido pelo próprio processo de urbanização que, em grande parte, ajudou a impulsionar: acabou confinado em área nobre da cidade, tendo sua expansão inviabilizada. Atualmente, forma juntamente com o rio Piracicaba, a Rua do Porto e a área verde em seu entorno, o espaço de maior identidade cultural da população piracicabana. Espaço outrora proibido e misterioso, manteve-se como objeto de contemplação desde sua desativação até o dia 1º de Maio de 1990, quando o poder público municipal, após declaração de utilidade pública, tombamento e desapropriação e integração ao patrimônio Histórico e Cultural de Piracicaba, abriu as portas do velho Engenho à visitação pública. Todo o movimento que se formou em torno do processo de transformação do Engenho Central chamou a atenção da comunidade para o outro potencial acervo do patrimônio histórico de Piracicaba - a Usina Monte Alegre.

A Usina Monte Alegre, em função da particularidade da edificação de seu espaço, transformou-se num bairro da cidade. Embora de forma geral ainda mantenha as características do que fora no passado - a cidade usina - vem passando, ao longo dos anos que sucederam à desativação de sua estrutura fabril, por um processo de deterioração e perda de parte significativa daquele patrimônio histórico, com a destruição não somente do conjunto arquitetônico, como também da vasta documentação produzida durante a existência da usina.

Grande parte dos habitantes do Bairro Monte Alegre são ex-trabalhadores da usina que sentem perder-se, com a deterioração do conjunto, a sua identidade histórica, o que fez surgir entre os moradores um movimento pela reconstituição da memória e revitalização do bairro. Esse movimento teve uma significativa vitória com o tombamento, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (Codepac), da Capela de Monte Alegre, ornamentada internamente com afrescos do artista plástico italiano Alfredo Volpi.

Com este trabalho, esperamos, pois, contribuir com o movimento de resgate e preservação da memória histórica.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES


Arquivo da Société de Sucrérie Brésiliennes.

Arquivo da Usina Monte Alegre.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

CARLI, Gileno de. Gênese e Evolução da Indústria Açucareira de São Paulo. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, Editores, 1943.

GNACCARINI, José C.A. Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 1972.

GORDINHO, Margarida C. Os Ometto. São Paulo: G. H. Knapp, 1986.

GAZETA DE PIRACICABA, 1880-1930.

MALUF, Renato S. Jamil. Aspectos da constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho urbano e rural em Piracicaba. Piracicaba: Ed. Unimep, 1984.

NEGRI, Barjas. Um estudo de caso da indústria nacional de equipamentos: uma análise do Grupo Dedini (1920-1975). Dissertação de mestrado, Depto. de Economia e Planejamento Econômico do IFCH-UNICAMP, 1977.

PERES, Maria Thereza. M. O colono de cana na modernização da Usina MonteAlegre: Piracicaba (1930-1950). Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP, 1990.

PERRUCI, Gadiel. A república das usinas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PETRONE, Maria T.S. A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

QUEDA, Oriovaldo & SZMRECSÁNYI, Tamas. Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa-Rafard, Porto Feliz, Lorena e Cupim. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1996.

RAMOS, Pedro. Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, José Honório. Brasil Açucareiro. Vol. 1, 1946.

2º Cartório de Notas de Piracicaba - Livros de Escrituras 1880-1930.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STOLCKE, Verena. Cafeicultura, Homens, Mulheres e Capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAMPAIO, Silvia S. Geografia industrial de Piracicaba - um exemplo de integração indústria-agricultura. São Paulo: EDUSP, 1976.

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TERCI, Eliana T. Agroindústria canavieira de Piracicaba: relações de trabalho e controle social. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP, 1991.

TORRES, Maria C. T. M. Aspectos da evolução da propriedade rural em Piracicaba - no tempo do Império. Piracicaba: Ed. Academia Piracicabana de Letras, 1975.

## NOTAS

[1] QUEDA & SZMRECSÁNYI, 1996.

[2] GNACCARINI, 1972: 125.

[3] RODRIGUES, 1946.

[4] RAMOS, 1999; QUEDA & SZMRECSÁNYI, 1996.

[5] QUEDA & SZMERECSÁNYI, 1996: x .

[6] QUEDA & SZMERECSÁNYI, 1996: x.

[7] PETRONE, 1968: 58.

[8] TORRES, 1975: 137.

[9] CARLI, 1943: 93.

[10] RAMOS, 1999: 107. Especificamente sobre Piracicaba, ver: PERES, 1990 e TERCI, 1991.

[11] STOLKE, 1986: 49-50.

[12] 2º Cartório de Notas, Livro n.º 32, fls. 17-20.

[13] Gazeta de Piracicaba, 02/02/1888.

[14] Arquivo da Sociéte de Sucrérie Bresiliennes.

[15] PERRUCI, 1978.

[16] 2º Cartório de Notas, Livro 50, fls. 41-42.

[17] 2º Cartório de Notas, livro 52, fls. 81-83.

[18] *Gazeta de Piracicaba,* 01/04/1906.

[19] Arquivo da Usina Monte Alegre.

[20] Num universo de 22 refinarias localizadas no país, no ano de 1907, mereciam destaque especial aquelas três localizadas no Rio de Janeiro e uma em Recife. As demais eram de pequeno porte. O açúcar refinado era praticamente vendido apenas no mercado interno, conforme SUZIGAN, 1986: 214.

[21] Arquivo da Usina Monte Alegre.

[22] GORDINHO (1986)

[23] GORDINHO (1986)

[24] CANO (1990). O autor define "complexo econômico" como o conjunto de atividades econômicas interrelacionadas capazes de desencadearem um processo dinâmico de acumulação no sistema em que estão inseridas.

[25] *Gazeta de Piracicaba.*

[26] *Gazeta de Piracicaba*, 13/06/1888.

[27] *Gazeta de Piracicaba*, 28/05/1911.

[28] *Gazeta de Piracicaba*, 18/02/1912.

[29] *Gazeta de Piracicaba*, 04/09/1909.

[30] SAMPAIO, 1976: 84.

[31] NEGRI, 1977.

[32] MALUF, 1984: 29.

[33] NEGRI, 1977: 10.

[34] NEGRI, 1977: 30.